



Requerimento nº 96/2009
(Dos Srs. Pedro Wilson, Luiz Couto, Carlos Zarattini e Chico Alencar)

Requeremos, nos termos regimentais, a participação da Comissão de Direitos Humanos e Minorias em audiência pública, em São Paulo, a ser realizada pelas Comissões de Direitos Humanos da Assembléia Legislativa do Estado de São Paulo e da Câmara Municipal daquela capital, para ouvir representantes de comunidades, autoridades públicas e especialistas sobre violência em operações policiais em favelas, como as recentemente ocorridas em Heliópolis e Paraisópolis.

Justificativa

Sucessivos episódios de violência desencadeados por operações policiais em comunidades pobres na grande São Paulo, como em Paraisópolis e Heliópolis, tem demonstrado a relação injusta e desrespeitosa que predomina entre as forças de segurança pública e os cidadãos que moram nesses locais.

É recorrente a impunidade de agentes públicos nos casos de morte de cidadãos comuns, sem vínculos com o tráfico, como a adolescente Ana Cristina de Macedo, de 17 anos, atingida por uma bala perdida em Heliópolis, Zona Sul de São Paulo, no dia 31 de agosto. Invariavelmente, a explicação das polícias é que as revoltas verificadas nessas favelas decorrem de ordens do narcotráfico. E os excessos policiais são banalizados e impunes.

Além do tratamento brutal que as polícias atribuem às populações das favelas, os demais serviços públicos ou estão ausentes ou insuficientes. O fornecimento de transporte público, o recolhimento do lixo, o saneamento e energia elétrica, bem como as escolas e postos de saúde, tudo é inexistente ou pior do que é oferecido em regiões mais afluentes, numa desigualdade afrontosa aos valores da dignidade humana e do princípio constitucional da igualdade entre os cidadãos.

Sendo a segurança um direito humano e estando esse direito distante para grandes contingentes de moradores dessas e de outras favelas, cabe às instituições de direitos humanos abrir espaços para o enfrentamento dessa situação, com uma perspectiva de contribuir na busca de soluções.

Para tanto, é necessário que outras comissões legislativas, Ministério Público, representações das comunidades atingidas e entidades da sociedade civil ligadas a direitos humanos participem dessa discussão. Para tanto, é importante que o



evento a ser realizado seja em conjunto com as comissões parlamentares do Estado e do Município, contando com a participação dos segmentos citados.

A participação da CDHM nessa atividade poderá gerar subsídios para o estabelecimento de uma estratégia do colegiado para lidar com situações similares em outras regiões metropolitanas.

Comissão de Direitos Humanos e Minorias, 9 de setembro de 2009

Deputado Pedro Wilson-PT/GO

Deputado Luiz Couto-PT/PB

Deputado Carlos Zarattini-PT/SP

Deputado Chico Alencar-PSOL/RJ